

DA TEOLOGIA DO LAICATO À TEOLOGIA DO BATISMO

Uma reflexão em vista do Sínodo de 1987

Maria Clara Lucchetti Bingemer

A Igreja encontra-se a um ano de distância de mais um Sínodo. Desta vez, o tema a tratar e a refletir é o leigo. Melhor dito: "a vocação e a missão do leigo no mundo e na Igreja."

A complexidade do tema e sua extensão representam um enorme desafio, com o qual os padres sinodais se verão a braços no final deste ano. Neste tempo que antecede a realização do Sínodo, no entanto, a Igreja toda se prepara, na oração, no trabalho e na reflexão, para este importante acontecimento.

Este artigo desejaria ser uma modesta contribuição a todo o esforço conjunto de reflexão realizado nos diversos níveis e segmentos da comunidade eclesial¹. Não pretendendo solucionar questões espinhosas nem fazer afirmações definitivas, procuraremos, mais que nada, tentar chegar a algumas constatações e abrir alguns caminhos.

Assim é que, primeiramente, após lançarmos um rápido olhar sobre a história da organização laical no catolicismo brasileiro, procuramos levantar alguns dos problemas que nos parecem mais mordentes e inquietantes do ponto de vista da pastoral da Igreja no Brasil: o processo da ascensão e queda da Ação Católica nos anos 60 e o vazio daí resultante, o florescimento dos movimentos de classe média, e o novo tipo de leigo e de laicato que surge a partir da experiência das CEBs.

Em seguida, procuramos deter-nos brevemente sobre as principais tendências da teologia hoje em relação aos temas do leigo e do laicato. O principal foco destas tendências situa-se, a nosso ver, na tentativa de superação do duplo eixo de contraposição ainda presente na teologia conciliar: *clero X laicato, religiosos X não religiosos*, em direção a uma eclesiologia mais integradora e totalizante que privilegie o eixo *comunidade* ← → *ministérios*. Sobre essa tendência refletimos, procurando ver seus pontos positivos mas também o que nos pare-

¹ Não posso deixar de mencionar, no começo deste artigo, a todos aqueles que colaboraram diretamente para que ele pudesse ser escrito. Destaco de maneira especial os professores Ana Maria Tepedino, Margarida Luiza Brandão, Faustino do Couto Teixeira e Maria Conceição Correa Pinto. Gostaria de mencionar ainda os professores de tempo contínuo do Departamento de Teologia da PUCRJ e os participantes da Assembléia da SOTER (Sociedade Brasileira de Teologia e Ciências da Religião), onde este trabalho foi apresentado pela primeira vez, sob forma de questões provocativas.

cem ser seus pontos vulneráveis.

Finalmente, procuramos destacar algumas novas pistas que se abrem, hoje, para a vida e a reflexão teológico-eclesial. Essas pistas não pretendem recolher e solucionar os problemas, questões e desafios antes levantados, mas simplesmente abrir brechas em terrenos ainda pouco explorados pela teologia no que se refere ao tema do Sínodo. São eles: a redescoberta da centralidade do conceito eclesiológico de Povo de Deus a partir do fato histórico-salvífico da eleição; a urgência da redefinição do lugar da espiritualidade no que tange à vida dos assim chamados leigos; o novo fenômeno do surgimento crescente de teólogos(as) leigos(as) que vão dando nova face à reflexão e à comunidade teológica; e o evento de proporções universais e de central importância da emergência e afirmação da mulher como sujeito eclesiológico ativo.

Após esse descontínuo e — temos consciência — fragmentado percurso, procuramos colocar, a modo de conclusão, uma perspectiva e um ponto de partida que tanto mais serviço prestará quanto mais for a real abertura de um caminho por onde possam outros e outras — leigos e leigas como nós, batizados como tantos, humanos como todos — caminhar em busca de sua identidade, vocação e missão no mundo e na Igreja.

1. OS DESAFIOS QUE A PASTORAL COLOCA

A pastoral e a vida concreta da comunidade eclesial sempre foram o terreno onde as diferentes instâncias do Povo de Deus se moveram e organizaram; onde as novas tendências e as formas de ser eclesialmente diferentes se fizeram concretas antes de serem oficialmente assumidas; e onde apareceu, realmente, nas diversas épocas, o verdadeiro rosto da Igreja. Com os leigos e o laicato não acontece diferente. Se quisermos ter uma idéia do perfil do laicato no Brasil, é preciso voltar os olhos para os diversos tipos de organização que estes leigos foram criando e formando ao longo de nossos poucos e jovens quatro séculos de história. É preciso, ainda, procurar perceber quais os tipos de organização e de estruturas eclesiais que eles criaram ou que lhes foram apresentados pelos outros segmentos da Igreja, tipos de organização e estruturas estas às quais aderiram ou nas quais se inseriram.

Os primeiros três séculos de história do Brasil, marcados pela dependência colonial de Portugal, caracterizaram-se pela implantação de uma Igreja que se poderia enquadrar dentro dos padrões medievais de uma Igreja de Cristandade, com uma estreita união entre o poder político e o eclesiástico². Como resultado desta implantação, no entanto, for-

² Cf. a respeito: AA.VV., *Religião e Catolicismo do povo*, Cadernos Studium Theologicum, Curitiba, 1977, pp. 41ss; E. HOORNAERT, *Formação do Catolicismo Brasileiro*, Vozes, Petrópolis, 1978, especialmente caps. 2 e 3.

maram-se duas vertentes no catolicismo brasileiro:

— o *catolicismo tradicional*, cujo verdadeiro líder era o rei de Portugal, sendo o clero em geral (com exceção da Companhia de Jesus) uma espécie de corpo de funcionários públicos que se ocupavam da burocracia eclesiástica a serviço da Coroa e eram pagos pela Fazenda real³;

— o *catolicismo popular*, surgido dentro do amplo quadro do catolicismo tradicional, mas dotado de uma certa autonomia quanto à dimensão devocional. Essa forma de vivência da fé católica no Brasil colônia nos interessa mais de perto neste trabalho pelo fato de ser administrada “de modo especial pelos *leigos*, que trazem de Portugal seus santos e práticas devotas e continuam na colônia as devoções da tradição familiar”⁴. Nesse tipo de catolicismo, o povo católico leigo se organiza para expressar sua devoção, centrada principalmente no culto aos santos, nas procissões, romarias, promessas e ex-votos. As casas, as capelas e os santuários eram os templos desse tipo de catolicismo que uma quadrinha popular assim descreve:

“Muito santo
Pouco padre
Muita reza
Pouca missa”.

Ao lado desses leigos das camadas populares e mesmo, às vezes confundidos e justapostos a eles, estão também outros leigos do catolicismo tradicional, organizados em confrarias e irmandades — instituições que, embora enfraquecidas, persistem até hoje.

A organização do catolicismo brasileiro nos primeiros tempos de sua história é, portanto, marcadamente laical, sendo sua marca mais clerical coisa mais recente, datada da época da “Questão Religiosa” e do início da Primeira República. A partir daí somente, é que os leigos passam a — na sua grande maioria — viver sua fé e expressões religiosas sob a direção e a formação do clero e da hierarquia. O catolicismo popular passa a ser incorporado ao modelo de Igreja tridentina que começa a implantar-se.

A partir da época imperial, no entanto, a significativa fatia da classe média brasileira que se vai formando, sempre mais empolgada pela cultura européia e mais afastada da Igreja, se organiza, como consequência, em dois modelos eclesiológicos:

³ Cf. E. HOORNAERT, op. cit., p. 78.

⁴ R. AZZI, *Evangelização e presença junto ao povo, aspectos da História do Brasil*, em: AA.VV., *Religião e Catolicismo do povo*, op. cit., p. 45.

a) um primeiro modelo que assume em relação ao mundo uma função apologética de chamado à conversão e indicação dos caminhos da salvação, modelo este que predominou na consciência do católico médio — clérigo ou leigo — até o século XX e o Concílio Vaticano II;

b) um segundo modelo que se foi constituindo em termos de reconciliação com as realidades terrestres que desemboca no Concílio e notadamente encontra sua expressão privilegiada na constituição “*Gaudium et Spes*”.

A organização laical brasileira no nosso século é, portanto, herdeira de toda esta tradição. Por um lado, a tradição remota de muitos séculos de um catolicismo marcadamente leigo. Por outro, a tradição recente de um processo de romanização sempre mais clerical onde os leigos foram, progressivamente, passando para uma posição dirigida e mais apagada. Assim é que, a partir da década de 40, surgem no Brasil os primeiros movimentos visando permitir maior participação do laicato na vida da Igreja. Merecem destaque, entre estes, o movimento litúrgico e, sobretudo, a Ação Católica.

Este último, consolidado e referendado mais efetivamente nos anos 60, com a celebração do Vaticano II, é um dos principais responsáveis por uma renovação da Igreja no Brasil, identificada com as necessidades e anseios da população brasileira, assumindo uma posição crítica diante da atuação do governo e disposta a defender os direitos dos pobres e marginalizados⁵.

a) A Ação Católica

Não é possível, portanto, hoje, falar de leigos na Igreja do Brasil sem dar significativo destaque à *Ação Católica*. Esse movimento, com sua rigorosa e eficaz formação de quadros, sua “garra” apostólica, ainda não encontrou substitutivo equivalente em qualidade e importância nas duas últimas décadas. Recebendo mandato da hierarquia, os leigos da Ação Católica — na sua maioria do meio estudantil, operário e profissional — eram no mundo seu “braço estendido”. Isso propiciava, para a atuação e posicionamento desses leigos, um reconhecimento oficial. Quando falava o leigo, falava a Igreja. O melancólico e desagregador esboroamento que o movimento conheceu no final da década de 60, com o desbaratamento das lideranças, a formação da Ação Popular (AP) e a conseqüente retirada do apoio por parte da hierarquia trazem grandes questões para a reflexão teológica e pastoral sobre o laicato hoje.

Parece que a recuperação da memória histórica da Ação Católica

⁵ Cf. *ibid.*, p. 60.

ainda não foi seriamente feita⁶. A Igreja ainda não se debruçou sobre o passado do movimento com a devida preocupação e disposição de fazer uma retomada e avaliação sérias a respeito do alcance que teve para a vida eclesial brasileira. Seria isso o sintoma do temor de ressuscitar um cadáver que parece dar ainda sinais de vida? Teme-se, acaso, a repetição do conflito que explodiu nos anos 60, quando a Ação Católica se decidiu a — enquanto laicato organizado — dar um passo que comprometia a Igreja em opções sérias e irreversíveis?

Por outro lado, o perigo saudosista de querer reeditar a experiência da AC não é menos real. Sobretudo porque a configuração desta experiência traz não poucos problemas eclesiológicos reais que se colocam para a reflexão teológica. A questão do mandato é um deles. Se, por um lado, o mandato foi importante no sentido de legitimar ações e torná-las aceitáveis, conferindo credibilidade à atuação do laicato, não pode ser considerado, por outro lado, como um mecanismo à disposição da hierarquia, em momentos críticos, no sentido de controlar e limitar o alargamento das fronteiras de atuação do laicato?

A questão do tipo de leigo que a experiência da AC traz ao proselício eclesial é também importante. No Brasil de hoje, após 20 anos de ditadura militar e o conseqüente esvaziamento de lideranças dela decorrente, ainda se pode pretender uma organização de laicato como a da AC? Por outro lado, em que a militância leiga atual pode aprender desta importante e dolorosa experiência em termos de organização, erros e acertos? Até que ponto os leigos militantes de hoje — muitos deles com um explícito engajamento político-partidário — têm o direito de reivindicar para si e para sua atuação o apoio aberto da Igreja hierárquica?⁷

b) Os movimentos de classe média

O momento pós-conciliar no Brasil, juntamente com a ascensão e queda da AC traz, ainda, um outro componente importante com relação à reflexão sobre o leigo: *o grande florescimento dos movimentos leigos de*

⁶ Cf., no entanto, as importantes obras de L. A. GÓMEZ DE SOUZA, *JUC: os estudantes e a política*, Vozes, Petrópolis, 1984; J. O. BEOZZO, *Cristãos na universidade e na política*, Vozes, Petrópolis, 1984; H. J. SOUZA, Padre Vaz: a filosofia da nossa práxis, em: *Cristianismo e História*, Loyola, São Paulo, 1982.

⁷ Veja sobre esse problema dos cristãos na política as reflexões de C. BOFF, F. BETTO, P. RIBEIRO DE OLIVEIRA, L. E. WANDERLEY, R. A. CUNHA, em: *Os cristãos e a questão partidária*, 1º e 2º cadernos do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis; cf. ainda a reflexão de L. A. GÓMEZ DE SOUZA, em *Tempo e Presença*, CEDH, outubro de 1986.

classe média. Nascidos e formados em contexto outro que o brasileiro ou mesmo latino-americano, com sua estrutura e espiritualidade centrada nos leigos, apresentam esses movimentos uma filiação, vinculação e identidade a nível que se poderia chamar "transnacional"⁸.

Os leigos que compõem esses movimentos não têm uma formação militante e acurada intelectualmente como os da AC. São leigos — simples e passivamente —, porque não pertencem ao clero. Procuram os movimentos acima mencionados como um "lugar eclesial" que lhes tranqüilize a consciência e os faça sentir-se bem e com direito de cidadania dentro da Igreja.

Para o clero, os religiosos e os bispos, os movimentos, por sua vez, vieram preencher algumas lacunas: o vazio de quadros deixado pelo esboroamento e a dispersão das lideranças da AC começou a ser preenchido pelos membros dos movimentos, que com sua alegre disponibilidade, seu bem-comportado entusiasmo, começaram a assumir os encargos das paróquias e dioceses, a coordenação das diversas pastorais. Além disso, para muitos padres e religiosos de ambos os sexos que andavam como que perdidos no que respeita à sua identidade pessoal e ao sentido de sua consagração, foi aberto um novo espaço de trabalho e sobretudo um clima afetivo que lhes forneceu novo vigor e redobrado fervor no que diz respeito à vivência de sua vocação. É compreensível, portanto, que esse dado novo na face da Igreja, que cresce sob diferentes denominações, seja olhado com extrema benevolência e venha a ser mesmo objeto de especiais privilégios e favores por parte da mais alta hierarquia da Igreja⁹.

Apresentando alguns pontos positivos explícitos, além dos já citados (por exemplo, o fato de serem a única porta de entrada do catolicismo na nova e desevangelizada classe média urbana, a nível de juventude e de adultos; ou ainda, o fato de darem aos leigos as rédeas da organização e coordenação num espaço onde podem falar sua linguagem sem se sentirem inferiorizados em relação ao clero), a presença crescente desses movimentos levanta, no entanto, algumas questões cruciais para a reflexão da Igreja, hoje. E a maioria dessas questões diz respeito à opção preferencial que a própria Igreja latino-americana assumiu em Medellín e Puebla: a opção pelos pobres.

⁸ Cf. J. COMBLIM. Os "Movimentos" e a Pastoral latino-americana, em: *REB* 43 (1983) 246-247.

⁹ Referimo-nos aqui, por exemplo, à concessão — por parte do Papa — do estatuto de prelazia pessoal do Opus Dei. Sobre isto, cf. J. COMBLIN, art. cit., p. 229. Ver ainda a nota — comentário de J. HORTAL, *Novo Código de Direito Canônico*, Loyola, São Paulo, 1983, cân. 294.

Que podem esses movimentos oferecer em termos de resposta e compromisso pastoral efetivo e real aos 80% de brasileiros e latino-americanos que constituem o mundo dos pobres?¹⁰ No entanto, essa enorme e terrível questão tem outro aspecto e outra face: deveria a Igreja então, essa Igreja que quer caminhar na linha da opção pelos pobres, abandonar e colocar de lado inteiramente esses movimentos, demitir-se de trabalhar com a classe média por eles atingida, deixando assim todo esse imenso contingente à margem de um anúncio e uma proposta libertadores? Voltar as costas ao problema é resolvê-lo? Deixar de lado o laicato de classe média não é impedir ou pelo menos dificultar que a opção pelos pobres penetre em outros e em cada vez mais espaços nos quais, sem essa classe, não penetraria: o mundo intelectual, o mundo profissional etc? Se esses movimentos de classe média acima mencionados ganharem cada vez mais os leigos de classe média urbana, estarão esse leigos perdidos para a causa da libertação dos pobres e o compromisso da luta pela justiça? E, ainda que a real transformação da realidade tenha que emergir das classes populares, poderá essa transformação acontecer sem o concurso da classe média?

c) As CEBs

Há, ainda, um terceiro grupo de questões levantadas pelo *novo fato pastoral e eclesiológico das CEBs*. A realidade das CEBs é, hoje, essencialmente constitutiva para a Igreja latino-americana. Chamadas por Puebla de fato eclesial relevante e "esperança da Igreja" (P 629), as CEBs têm, por outro lado, uma natureza toda particular. Não se trata de um movimento como os que descrevemos antes ou mesmo como a AC e as antigas irmandades, confrarias, etc. Trata-se de algo mais fundamental: um novo modo de ser Igreja, a própria Igreja na base do povo¹¹.

O modelo de Igreja que as CEBs trazem à luz acarreta também um novo tipo de organização eclesial. Nele, bispos, padres, religiosos e leigos entram juntos na caminhada, fazendo-se irmãos no seguimento de Jesus e buscando, ombro a ombro, a vontade do Pai e a força do Espírito para a luta comum.

Já agora vivendo o momento imediato após seu Sexto Encontro Intereclesial, realizado no passado mês de julho em Trindade, Goiás, as CEBs, realidade eclesiológica que surgiu, na sua grande maioria, a partir

¹⁰ Veja as reflexões que sobre esse assunto faz J. COMBLIN, no art. já citado.

¹¹ Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo*, Vozes, Petrópolis, 1986, p. 72. Veja ainda, do mesmo autor: *Eclesilogênese*, Vozes, Petrópolis, 1976; *Igreja, carisma e poder*, Vozes, Petrópolis, 1981.

de leigos das classes populares, que se reuniram em torno do Evangelho para viver sua fé e lutar sua luta, são também apontados pelo documento de Puebla como "ambientes propícios para o surgimento de novos serviços leigos" (P 98, 261-263, 630, 641, 648). Por toda parte — sobretudo lá onde escasseavam os ministérios ordenados¹² — começaram a surgir ministros da Palavra, evangelizadores e cantadores do Evangelho, visitantes de doentes e consoladores de aflitos, enfim toda uma gama de serviços que o amor e a caridade criativa do Espírito inventam e fazem desabrochar.

Essa novidade irradiante de promessas traz, porém, também, por seu lado, algumas sérias e importantes questões: o modelo de leigo que desponta no fato das CEBs é novo e original, completamente diferente do que se encontra nos movimentos e nas paróquias tradicionais. É um modelo de leigo, também, que questiona profundamente o leigo da concepção conciliar expressa nas grandes constituições e documentos (LG, AA, etc.) e nas grandes sistematizações européias (Congar, Schillebeeckx, etc.). Reclama, por isso, uma nova sistematização teológica, feita a partir de novas balizas e pressupostos. Reclama, além disso, novas perspectivas de reflexão para a questão tão crucial dos ministérios leigos e mesmo dos novos ministérios em geral.

* * *

Essas questões e problemas, ao lado das outras já anteriormente por nós levantadas no decorrer deste trabalho delineiam alguns traços do perfil do leigo no Brasil de hoje. E lançam um desafio para a reflexão teológica que se vê, às portas do Sínodo de 1987, chamada a dizer alguma palavra nova sobre a questão. Existem, porém, ao lado dessas questões propriamente práticas e pastorais, outras questões especificamente teológico-sistemáticas que se colocam. Dizem elas respeito ao conceito mesmo de leigo e sua cidadania no espaço teológico de hoje. Dizem também respeito à categoria de laicidade, recentemente pensada e desenvolvida por algumas correntes teológicas européias como categoria totalizante, apta para se pensar a globalidade da teologia. Sobre essas questões nos debruçaremos a seguir, antes de nos aventurarmos a enunciar o que nos parece serem pistas novas e abertas para uma teologia do leigo no tempo e espaço em que vivemos.

2. AS QUESTÕES QUE A TEOLOGIA REFLETE

Com o Concílio Vaticano II se dá o "boom" oficial da emergência do laicato e o assumir por parte do Magistério da Igreja de uma teologia

¹² Cf. L. BOFF, op. cit. (*E a Igreja se fez povo*), p. 58ss.

do laicato que já vinha sendo sistematizada por grandes teólogos europeus¹³. Os documentos conciliares são pródigos em reflexões sobre os leigos e em tomadas de posição com respeito a sua importância para a Igreja hoje¹⁴. A distância de vinte anos em que nos encontramos em relação ao evento conciliar leva a que algumas questões, no entanto, se imponham, com respeito à visão do leigo e às interpelações que lança à teologia.

Nos documentos conciliares — de modo especial na constituição dogmática *Lumen Gentium* — coexistem duas eclesiologias: uma eclesiologia jurídica e uma eclesiologia de comunhão¹⁵. Embora a segunda se tenha imposto sobre a primeira, no sentido da categoria Povo de Deus como categoria central, da qual todos os cristãos participam em igualdade e comunhão, o fato de coexistirem ambas tem marcada influência sobre os outros temas eclesiológicos conexos. O tema do laicato e da definição e função dos leigos na Igreja é um deles.

No cap. IV da LG, nº 31, o Santo Sínodo compreende pelo nome de leigos “todos os cristãos, exceto os membros da ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja.” Ou seja, o leigo ainda é definido juridicamente e pelo negativo: o que não é clérigo, o que não é religioso, aquele a quem não foi dado, na Igreja, um carisma ou uma vocação ou um ministério especial e tem a seu favor “apenas” o Batismo. Essa definição de leigo estrutura a Igreja, quanto à sua composição e formação, com base numa dicotomia e numa contraposição central: *a contraposição clero X laicato*, à qual se alia outra: *a contraposição religiosos X não religiosos*. A primeira contraposição se refere à diferença de essência (não de grau) entre sacerdócio comum dos fiéis e sacerdócio hierárquico. A segunda contraposição refere-se à estrutura na Igreja e se fundamenta sobre um estado de vida diferente, em vista do fim comum da santidade universal dos fiéis.

Desta dupla contraposição resulta uma terceira, mais relativa à divisão de papéis dentro do corpo eclesial: *a contraposição sagrado X temporal* ou *sagrado X profano*. Esta última divide a primeira em dois

¹³ O maior destes teólogos é, sem dúvida, o dominicano francês Y. CONGAR, com sua monumental obra *Jalons pour une théologie du laïc, Du Cerf, Paris, 1954*. Ver também a tese doutoral escrita a partir da obra de CONGAR por E. COSTA BRITO, *O leigo cristão no mundo e na Igreja*, Loyola, São Paulo, 1980.

¹⁴ Referimo-nos especialmente ao cap. IV da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e ao decreto *Apostolicam Actuositatem*.

¹⁵ Cf. a respeito: A. ACERBI, *Due Eclesiologie: Eclesiologia giuridica ed Eclesiologia di comunione nella LG*, Dehoniane, Bologna, 1975.

blocos “funcionais”: aos leigos cabe cuidar da esfera temporal, das estruturas sociais, da política. Esse é seu campo. Já o clero e os religiosos se ocupam das coisas do espírito, do sagrado. Têm por função realizar, administrar e distribuir os sacramentos e os diversos “bens” simbólicos dos quais vive e se alimenta a comunidade. E dar testemunho, no mundo, do espírito das bem-aventuranças¹⁶.

Hoje percebe-se cada vez mais, sobretudo em algumas tendências teológicas recentes¹⁷, a tentativa de superação dessas contraposições. Questiona-se se não seriam empobrecedoras ou mesmo um tanto redutoras da amplidão do espírito da eclesiologia conciliar baseada sobre a categoria totalizante de Povo de Deus. Essas teologias propõem a superação das citadas contraposições por meio de um novo eixo, desta vez não de contraposição, mas de tensão dialética: o eixo comunidade ←————→ carismas-ministérios. Assim a Igreja redescobre sua vocação de comunidade batismal englobante, no interior da qual os carismas são recebidos e os ministérios exercidos como serviços em vista daquilo que toda a Igreja deve ser e fazer¹⁸.

À luz dessas novas teologias — que tencionam resgatar o verdadeiro espírito do Concílio, para além mesmo da letra de seus documentos

¹⁶ Diz expressamente a LG no seu nº 31: “Pois os que receberam a ordem sacra, embora algumas vezes possam ocupar-se em assuntos seculares, exercendo até profissão secular, em razão de sua vocação particular destinam-se principalmente e ex-professo ao sagrado ministério. E os religiosos por seu estado dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças. É porém específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, i.é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo. E assim manifestam Cristo aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida, resplandecente em fé, esperança e caridade. A eles, portanto, cabe de maneira especial iluminar e ordenar de tal modo todas as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas continuamente se façam e cresçam segundo Cristo, para louvor do Criador e Redentor”.

¹⁷ Cf. sobretudo B. FORTE, *La chiesa, icona della Trinità*: breve ecclesiologia, Queriniana, Brescia, 1984. E também os trabalhos de S. DIANICH, E. SCHILLEBECKX, etc. Entretanto, o esforço de superação da dicotomia por nós acima apontada vem de mais longe, do próprio CONGAR, que supera em *Ministeri e comunità ecclesiale*, Dehoniane, Bologna, 1973, suas próprias colocações em *Jalons pour une théologie du laïcat*.

¹⁸ Cf. B. FORTE, op. cit., p. 32-33.

—, é levado às suas últimas conseqüências o primado dado à ontologia da graça sobre qualquer outra ulterior distinção possível de acontecer no seu interior. A dimensão pneumatológica da igreja é colocada em primeiro plano, com o Espírito Santo agindo sobre toda a comunidade e suscitando os diferentes carismas para edificar o Corpo de Cristo, e a ministerialidade é estatuto de toda a Igreja e não somente de algum de seus segmentos. Nessa perspectiva também, as próprias categorias *leigo* e *laicato* são superadas, passando a não existir senão como abstração negativa que empobrece o dinamismo da vida eclesial.

A eclesiologia que daí emerge é uma *eclesiologia total*¹⁹ e a *laicidade* passa a ser assumida como dimensão de toda a Igreja presente na história. Não só os assim chamados leigos, mas todos os batizados recebem o dom do Espírito Santo e são chamados a dá-lo ao mundo, situando-se imersos na ordem temporal para desde aí anunciar o Evangelho e animar a história. As palavras *leigo* e *laicato* iriam, pois, — de acordo com essa teologia — paulatinamente e a médio prazo, perdendo a razão de ser e de existir.

Todo este itinerário de reflexão teológica sobre o tema do leigo a partir do Vaticano II nestes vinte anos que a ele se seguem colocam, hoje, para a teologia, algumas mordentes questões:

— Nos primeiros séculos da experiência cristã, a Igreja na sua totalidade era vista em relação de proposta e alternativa ao mundo. A distinção que havia não era tanto entre “especialistas do espírito” e “cristãos dedicados aos assuntos temporais”, como entre a novidade cristã comum a todos os batizados e a sociedade (o mundo) que devia ser evangelizado. A Igreja da primeira hora, tal como é descrita no NT, não parece apresentar tampouco, traços daquilo que hoje categorizamos e definimos como leigo. Nem tampouco de uma realidade qualquer que se pudesse transpor e colocar em correspondência com o fato leigo contemporâneo²⁰. Podemos, então, afirmar que existe para nós uma urgência de realizar uma “volta às fontes” para re-descobrir as raízes do que hoje chamamos de leigo e laicato? A teologia hoje, quando se debruça sobre a realidade do leigo, não teria ainda algo de fundamental a aprender da Igreja das origens?

— As novas tendências teológicas que se têm dedicado a pensar sobre o tema do leigo parecem sugerir a progressiva eliminação dessa palavra e categoria em favor de uma nova eclesiologia mais totalizante e

¹⁹ O termo de B. FORTE, op. cit.

²⁰ Veja sobre isto. A FAIVRE, *Les laïcs aux origines de l'Eglise*, Le Centurion, Paris, 1984.

global, toda ela suscitada pelo Espírito Santo, toda ela ministerial, sem dicotomias e contraposições. Por trás de toda a sedução e positividade que traz esta teoria, no entanto, cabe uma suspeita: abolir a palavra não é eludir o problema? Não estaria, por trás desta tendência, o perigo de um novo tipo de clericalização, onde o diluir do específico laical pode significar a tentativa de camuflar e deixar intocada a espinhosa e delicada questão do poder na Igreja? Em suma, não significará querer chegar à síntese sem ter sofrido e assimilado a antítese que representa a incômoda situação *de fato* representada pela ainda existente divisão entre *Igreja docente e Igreja discente*?

* * *

A todas essas questões, problemas e desafios que a pastoral e a teologia colocam, não temos a pretensão de responder e propôr soluções nos limites deste artigo. Apenas desejamos tentar, a seguir, colocar algumas pistas abertas para que a reflexão, às portas do Sínodo de 1987, possa prosseguir e trazer novas luzes ao tema.

3. ALGUMAS PISTAS ABERTAS

a) O leigo no centro da Igreja

Uma primeira pista de reflexão com vistas a uma nova teologia do laicato seria uma re-descoberta radical daquilo que constitui o *centro da Igreja*. Não se trata de reinventar algo de diferente simplesmente pelo gosto e paixão da novidade. Trata-se, sim, de voltar, humilde e fielmente, às fontes, às heranças mais antigas e primitivas, e ver onde se situam as linhas-mestras daquilo que a comunidade eclesial é chamada a ser.

Fazendo isso, recuando na tradição e no tempo até o AT, vamos reencontrar-nos sempre de novo com o conceito-chave de *Povo de Deus*. Conceito que perpassa o AT, ganha nova face e nova força no NT, assumido pela comunidade primitiva e agora, recentemente, é redescoberto pela Igreja do Vaticano II. A reunião daqueles que crêem no Deus verdadeiro, que o AT identifica como o "Qahal lahweh" reunido ao pé do Sinai e o NT denomina "Ekklesia", é esse povo de convocados e eleitos que se une em torno de uma fé comum e um projeto histórico-escatológico.

Nessa constituição do Povo de Deus, a eleição é elemento de absoluta centralidade. A convocação do povo é a espinha dorsal da história salvífica em razão da eleição divina que o escolhe, chama, forma e com ele faz Aliança. Este povo é, pois, eleito na sua totalidade, sem a distinção e hierarquia de cargos e papéis que acontecerá posteriormente,

devido às necessidades organizacionais. E o termo grego com que o NT o designa — *laós* — dá bem sua nota característica: a secularidade, o fato simplesmente humano de ser composto de pessoas que receberam uma convocação e foram objeto de uma eleição e a ela responderam de todo o coração²¹.

O povo é eleito na sua totalidade e, nele, a soberania é só de Deus, não dando lugar a nenhum tipo de fixismo institucional ou endurecimento hierárquico. Ainda mais: o lugar desse povo eleito é no mundo, procurando fazer acontecer aí o projeto de Deus e aí enfrentando as oposições existentes contra esse projeto; suportando perseguições e chegando até o dom da vida e o derramamento do sangue.

O centro da Igreja, portanto, está no povo, nesse *laós* eleito e amado por Deus que é chamado a estar — *todo ele* — à escuta do Espírito para organizar-se, para agir, para falar e para decidir. Assim, a última palavra não será a palavra de tal ou qual dirigente, de tal ou qual chefe, mas é palavra do próprio Espírito, apaixonadamente buscada no diálogo e no discernimento. Assim também, não deveria haver, numa Igreja de tal maneira concebida, uma parte da comunidade subordinada a outra, passivamente executando ordens e aprendendo lições, mas todos seriam ativos e corresponsáveis edificadores de um mesmo projeto comum. Todos seriam plenos participantes de uma comunidade toda ela ministerial, onde os diferentes serviços e ministérios são assumidos em vista da utilidade, do bem e do crescimento comuns.

Há que reconhecer que o Concílio intuiu isso com audácia e criatividade admiráveis, mas nós — Igreja como um todo — não levamos até as últimas consequências o aprofundamento dessa grande iluminação. Ainda permanecem, no texto conciliar e na organização eclesial pós-conciliar, os binômios *hierarquia X laicato e religiosos X não religiosos*. Portanto, a teologia do Povo de Deus, com as consequências diretas que poderia ter para o conceito e a categoria de leigo e laicato, ainda está por ser feita e posta em prática. E nesse fazer e nesse praticar, o cuidado para não queimar etapas e abolir apressadamente palavras e conceitos pensando assim superar problemas é de extrema necessidade. O desenvolvimento da reflexão pós-conciliar mostra como a fidelidade à "virada copernicana" operada pelo Concílio exige hoje uma superação do próprio Concílio²².

²¹ É de notar que o termo *laikós* não existe como tal no NT. Aparece pela primeira vez numa carta de Clemente de Roma no ano 95. O termo *laós*, no entanto, aparece mais de uma vez, significando o povo. Sobre isso, Y. CONGAR, *Leigo*, em: *Dicionário de Teologia*, vol. 3, Loyola, São Paulo, 1970.

²² Cf. B. FORTE, op. cit., p. 30.

b) Uma espiritualidade para os leigos

A segunda pista que se impõe neste tempo de graça e reflexão que antecede o Sínodo é aquela que deseja e busca as balizas mais precisas de *uma espiritualidade adequada aos leigos de nosso tempo*.

O conceito de espiritualidade dentro da Igreja quase sempre teve contornos monacais. O monge — como aquele que se retirava do “golfo do século”, “especialista do espírito”, — detinha-lhe o monopólio. A modernidade e a reforma das ordens religiosas introduziram algumas modificações neste conceito, sobretudo no que diz respeito à proposta espiritual da Companhia de Jesus, no século XVI, feita de uma síntese entre contemplação e ação, unindo a comunhão mais profunda com o Mistério com as atividades realizadas em meio à vida corrente.

No entanto, em relação aos assim chamados leigos, a questão permanece: pode-se legitimamente falar de uma espiritualidade leiga ou laical? Seria essa uma espiritualidade vivida por leigos ou uma maneira leiga de viver a espiritualidade? Ou pelo contrário, deve-se simplesmente falar de uma espiritualidade cristã, sem mais distinções, deixando à liberdade do Espírito Santo, que sopra onde quer, o cuidado e a criatividade de ir colocando suas inscrições como melhor. Lhe pareça nas tábuas de carne que são os corações humanos?

Por outro lado, no Brasil e na América Latina de hoje, onde a luta pela justiça e o engajamento sócio-político ocupam lugar de central importância na vida cristã e nas preocupações eclesiais, essa questão cresce e se complexifica ainda mais. A Igreja vê com doloroso pesar muitos de seus mais dedicados militantes se afastarem de suas comunidades e abandonarem a caminhada eclesial a partir do momento em que ingressam de corpo e alma na militância sindical ou na luta partidária. Muitos desses cristãos, sempre mais exigidos pela atividade política, não parecem mais encontrar tempo nem ver como prioridade a reflexão em torno da Palavra de Deus, a celebração litúrgica, a oração. Carregando sobre os ombros o peso do compromisso e o desafio da eficácia, esses leigos militantes parecem haver desaprendido a gratuidade da relação pessoal e amorosa com Deus e por isso se angustiam, sentindo-se ameaçados e mesmo devorados por uma práxis que vê aos poucos esvaírem-se sua motivação transcendente. Essa preocupante constatação constitui um dos grandes focos de convergência da teologia e da pastoral latino-americana hoje. Os maiores teólogos do continente se põem, no momento, a pensar e escrever sobre o tema, vendo nele uma questão decisiva²³.

²³ Cf. G. GUTIERREZ, *Beber do próprio poço*, Vozes, Petrópolis, 1982; J. SOBRINO, *Liberación con espíritu*, Sal Terrae, Santander, 1986; V. CODINA, De la ascética y mística a la vida según el Espíritu de Jesús, em: *El Vaticano II veinte años después*, Cristiandad, Madrid, 1985, p. 271-291.

Evidentemente, não temos nem pretendemos ter a resposta e a solução, para um problema tão complexo e delicado como este. Não impede, porém, que a questão se coloque e seja mordente. Porque, se bem que de um lado seja verdade que, sem a experiência do transcendente e da relação i-mediata com Deus em Jesus Cristo, o fato cristão se reduz a mais uma curta e empobrecedora ideologia, por outra parte, sem compromisso social e político a todos os níveis, a espiritualidade corre o risco de transformar-se na anestesia que os críticos da religião denunciaram como o "ópio do povo".

A espiritualidade de qualquer cristão — leigo ou não — deve ser algo profundamente integrador. Algo que não o aliene de nenhuma dimensão de seu ser humano, mas ao mesmo tempo não o manipule na direção de nenhuma determinada ideologia. Deve ser algo que — na acepção mais profunda da palavra — liberta para servir melhor e mais concretamente aos outros, para assumir mais plenamente sua realidade cotidiana e ali encontrar o Mistério e viver o desafio da santidade.

No que tange aos leigos, porém, existe um problema a mais: o fato de que o cristão leigo desaprendeu a acreditar na sua vocação à santidade. Não obstante todas as reiteradas afirmações da LG no seu capítulo V de que a vocação à santidade é universal e comum a todo o Povo de Deus; de que o chamado à perfeição — e, portanto, a exigência de vivência profunda do Espírito — não se restringe às pessoas que optaram pelo estado de vida sacerdotal e religioso, o leigo em geral — com algumas e honrosas exceções — habituou-se a pensar e crer que isto não era para ele. Por muito engajado que fosse, por tanto e mais comprometido, não se atrevia a crer na possibilidade de "ser santo como Deus é santo" (cf. Lv 11,44; 1 Pd 1,16). Isto estava reservado àqueles e àquelas chamados à especial vocação que os retirava das preocupações do comum dos mortais e podiam dedicar-se em tempo integral às coisas do Espírito.

Sem querer ignorar o fato de que há diferentes carismas na Igreja, que as vocações diferem entre si e isto constitui a riqueza do Povo de Deus, parece-nos que mais uma vez, aí, a dicotomia sagrado X profano desempenhou um importante e nefasto papel. E para que o leigo reencontre o caminho da vida no Espírito será preciso — urgentemente — superá-la. Pretender confinar a plenitude de vida no Espírito, o gozo inefável da experiência i-mediata, direta, inebriante de Deus a um só grupo dentro da Igreja equivale — a nosso ver — a aprisionar e manipular esse mesmo Espírito Santo, que sopra onde e como quer. Todo cristão que — incorporado pelo seu Batismo ao Mistério da morte e ressurreição de Jesus — é chamado a seguir de perto esse mesmo Jesus, é um santo em potencial, uma pessoa "espiritual" porque penetrada do Espírito em todas as dimensões de sua corporeidade, de sua mente, de sua vida

enfim, como Jesus o foi.

E o campo onde essa vida no Espírito pode dar-se não é outro senão o mundo, a história, com seus conflitos e contradições, com seus apelos e exigências, com suas maravilhas e injustiças, com suas promessas e frustrações. A opacidade e o jogo de luz e sombras de que é feita a história humana passa a ser para todo aquele ou aquela que caminha segundo o Espírito no seguimento de Jesus buscando fazer a vontade do Pai, uma permanente epifania, uma constante re-descoberta de que *tudo* — a dor e a alegria, a angústia e a esperança — *tudo* é graça. E que, portanto, *tudo* também só pode ser ação de graças, Eucaristia.

Assim, a espiritualidade cristã não estaria mais reduzida a ser o privilégio de uns poucos eleitos, mas uma exigência de vida de todo batizado, de todo o Povo de Deus, que ao mesmo tempo que cresce na comunhão íntima com o Senhor, avança também na luta por uma sociedade e um mundo mais justos e mais fraternos. Uma espiritualidade assim deveria redescobrir constantemente suas fontes bíblicas, eclesiais e sacramentais. E também — por que não? — suas fontes “leigas”: aquilo que o Espírito anda soprando no deslumbramento apaixonado dos namorados, nas brincadeiras das crianças, na vida dura da fábrica, no idealismo e nas nuvens de giz das salas de aula, no sonho dos artistas e na boca dos poetas, no canto dos cantadores que cantam a vida, a morte e o amor. Redescobrir — também e sobretudo — as maravilhas que o Espírito faz no meio dos pobres, em sua sede inesgotável de oração e na criativa espontaneidade com que vivem seus momentos litúrgicos mais fortes, em suas festas e romarias, em seus santuários e procissões, em sua imensa devoção aos mistérios da vida, paixão e morte do Senhor, ao Santíssimo Sacramento e tantos outros. Na pista aberta em busca da espiritualidade “perdida”, todo o Povo de Deus é chamado a ter, mais uma vez, “nos pobres seus mestres, nos humildes seus doutores”²⁴.

c) Teólogos(as) leigos(as)

Ainda uma terceira pista aberta neste momento em que toda a Igreja se debruça sobre o tema do leigo é o surgimento, em proporções cada vez mais consideráveis — do ponto de vista quantitativo e qualitativo — de *teólogo(as) leigo(as)*. O (A) teólogo(a) leigo(a) é uma figura que começa a aparecer com cada vez maior frequência na Igreja, buscando os cursos e faculdades de teologia, pleiteando e obtendo graus acadêmicos, produzindo textos, assessorando dioceses, participando de congressos a nível nacional e internacional, fazendo, enfim, sentir sua presença em diferentes segmentos e níveis da comunidade eclesial.

²⁴ Palavras de São Gregório Nazianzeno citadas em V. CODINA, op. cit., p. 290.

Essa presença traz, então, profundos questionamentos. Em primeiro lugar, interpela a toda a Igreja e à comunidade teológica especificamente no sentido da "divisão de papéis" que ainda perpassa a eclesio-logia conciliar e que destina aos leigos o campo do temporal e das realidades terrestres, e ao clero e aos religiosos o campo do sagrado. O leigo(a) teólogo(a) é alguém que, trabalhando com a inteligência da fé, está em contato direto com o Mistério, com as fontes da Revelação e da Palavra de Deus, de onde vai haurir o dado que informará e iluminará sua reflexão. Trata-se, portanto, de um leigo que trabalha diretamente com o sagrado, com a ciência do sagrado.

O teólogo(a) leigo(a) traz ainda, para seus companheiros sacerdotes e religiosos, um profundo questionamento quanto à secular afirmação da opção pelo estado de vida sacerdotal ou religioso como opção de *maior* dedicação e serviço ao Reino. Sabemos, todos aqueles e aquelas a quem foi dado o carisma da teologia e que a ele respondemos empenhando o melhor de nossas energias, tempo e esforços, que fizemos — muito mais que uma opção profissional — uma opção de vida. Ser teólogo(a) leigo(a) hoje é ser concretamente alguém que, sem o respaldo direto institucional de uma congregação religiosa ou de uma diocese — enfrenta diariamente o desafio de manter-se a si próprio e à família que porventura houver constituído. É viver e compartilhar, portanto, muitas vezes, com os pobres a insegurança do amanhã. É estar sujeito — embora menos diretamente que o clero e os religiosos — a eventuais sanções canônicas que cortem da noite para o dia não só o meio de vida, mas também e sobretudo a possibilidade de exercer o ministério para o qual foi investido pelo Espírito em favor do povo de Deus e com o qual quer estar em dinâmica e criativa comunhão.

Por tudo isso e mais ainda, a figura do teólogo(a) leigo(a) hoje é peça fundamental na reflexão da Igreja às portas do Sínodo. A teologia não pode deixar de levar em consideração essa nova presença, essa palavra outra de leigos e leigas que, a partir de diferentes experiências de vida, à luz de cotidianas e sempre surpreendentes situações, começa a descobrir e des-velar ângulos insuspeitados do Mistério sobre o qual reflete e discorre.

d) A mulher na Igreja

Faltaria, ainda, uma outra e última pista aberta. Que não por ser última, é menos importante, mas que constitui, pelo contrário, algo de extrema relevância para o qual certamente está voltada a atenção da comunidade eclesial neste momento privilegiado de reflexão sobre o fato *leigo* cristão. Trata-se da *emersão da mulher* enquanto sujeito eclesiológico.

Pertencendo — necessariamente — ao laicato pelo fato de estar “a priori” excluída do ministério ordenado, a mulher carrega, no entanto, sobre seus ombros, boa parte do peso do trabalho concreto e efetivo na Igreja. Na comunidade de base e na paróquia, na escola, nos movimentos e nas pastorais, aí está ela: coordenadora, catequista, agente, religiosa ou leiga, dando o melhor de si mesma, seu tempo, seu carinho, suas forças, suas entranhas, sua vida, e mesmo seu sangue, como Margarida, Adelaide Molinaro e tantas outras.

Na igreja e na sociedade, vai conquistando, duramente, seu espaço, afirmando sua liderança incontestável nas CEBs, marcando presença no movimento popular, levando avante a quase totalidade do importante trabalho catequético, entrando, enfim, recentemente, no campo da produção teológica e da espiritualidade (pregação de retiros etc.).

Sua emersão traz de volta ao seio da Igreja uma palavra que pertence às raízes mesmas do Evangelho: a palavra da Samaritana que descobre o Messias (Jo 4), da cananéia que força o desencadear do anúncio da Boa Nova aos gentios (Mt 15,21-28), da dona-de-casa Marta, em cujos lábios é posta confissão de fé idêntica à de Pedro (Jo 11), da discípula que ouve seu nome no jardim e se transforma em primeiríssima testemunha da ressurreição (Jo 20). Palavra essa, no entanto, que foi paulatina e secularmente silenciada, abafada e quase banida da esfera visível da Igreja. Que se manteve viva, no entanto, nos seus subterrâneos, para agora, cada vez mais, fazer-se de novo ouvir por cima dos telhados.

Ouvindo a mulher, reconhecendo na mulher — ao lado do homem — legítima porta-voz sua, a Igreja redescobre hoje uma dimensão quase perdida e olvidada de sua vocação: a de ser sinal do Reino, dessa comunidade de homens e mulheres que se amam de uma nova maneira, que fazem acontecer juntos o sonho de Deus que Jesus de Nazaré possibilitou para dentro da história.

Um Sínodo sobre os leigos não pode deixar em segundo plano esse eclodir da palavra da mulher, que acontece nos campos e cidades, nas casas e templos, nos mercados e ruas. Todo passo que for dado no sentido de uma maior igualdade e respeito para com a mulher redundará certamente em benefício de todo o Povo de Deus, no qual, em Cristo, “não há homem nem mulher” (Gl 3,28). Uma Igreja que incorpore e integre o feminino em todos os seus recantos e dimensões terá, certamente, mais chances de ser universal, dentro do espírito dos documentos conciliares e, concretamente, na América Latina, das Conferências de Medellín e Puebla²⁵.

* * *

²⁵ Cf. GS 49, 60, AA 9; Medellín 1, 1; Puebla 317, 841-847, 443, 1134.

Após trazer à luz estas pistas abertas, perguntamo-nos, finalmente, se haveria, para toda essa complexa problemática, um ponto de unificação. Existirá algum novo ângulo, alguma nova e bastante abrangente perspectiva que seja capaz de integrar todos esses desafios, questões e novas pistas. A seguir, tentaremos colocar, então, aquilo que nos parece um "locus theologicus" fecundo e adequado.

4. POR UMA TEOLOGIA DO EXISTIR CRISTÃO²⁶

O que há em comum entre leigos, clérigos e religiosos é o fato eclesiológico de serem todos batizados. Ou seja, o de serem todos, pelo Batismo, introduzidos num novo modo de existir: o existir cristão.

O Batismo é, pois, o compromisso primeiro, a primeira e radical exigência que se coloca na vida de uma pessoa diante do mistério da Revelação de Deus em Jesus Cristo. A opção por um ou outro estado de vida, por este ou aquele ministério ou serviço na Igreja é posterior, vem depois. Antes de mais nada, primeiro que tudo, está o fato de "sermos todos batizados em Cristo Jesus... sepultados com ele na sua morte para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também nós vivamos vida nova" (Rm 6,3-4).

Aí está o sentido da existência não só do leigo mas de todo cristão. Primeiro, uma ruptura radical com o passado e suas velhas alianças, seus secretos compromissos com a iniquidade. Essa ruptura, semelhante à sua... a fim de, por uma ressurreição também semelhante à sua, não mais servir ao pecado, mas viver para Deus" (Rm 6,5-11). Viver para Deus significa começar a comportar-se no mundo como Jesus se comportou. Existir não mais para si, mas para "fora de si" — para Deus e para os outros (cf. 2 Co 5,15).

Esse novo modo de existir não acontece, no entanto, sem conflitos. Para Jesus, o conflito desembocou na Cruz. Para os batizados que seguem a Jesus, isso implica assumir um destino semelhante ao seu. Implica estar disposto a dar a vida, a sofrer e morrer pelo povo, como Jesus o fez. Implica, ainda, deixar para trás apoios e seguranças outras

26 A expressão *teologia do existir cristão* é tomada emprestada — com a devida licença — do mestre e amigo C. PALÁCIO. O contexto e o sentido em que ele a usa e emprega difere fundamentalmente do nosso aqui (cf. *Persp. Teol.* 16[1984] 167-214). Como nos parece, no entanto, de extrema felicidade e grande adequação ao que aqui desejamos dizer, insistimos em usá-la.

para compartilhar com Jesus as situações humanas-limite, que pontilharam seu existir: incompreensão, solidão, sofrimento, fracasso, incerteza, perseguição, tortura, morte. Mas também — e não menos — amizade, amor, comunhão, solidariedade, paz, alegria, ressurreição e exaltação.

É deste pascal mistério do Batismo e do novo modo de existir que ele inaugura que deve brotar, hoje, a nosso ver, qualquer reflexão sobre o leigo, o laicato, a laicidade e outros temas teológicos conexos. Porque é esta a única perspectiva que tem condição e possibilidade de iluminar e integrar, a um tempo, os desafios que a pastoral coloca e as questões que a teologia reflete. É também, além disso, o único ponto de arranque adequado para que a reflexão prossiga sobre as pistas abertas que tentamos levantar na terceira parte deste artigo.

Uma teologia do Batismo séria e solidamente fundamentada pode não apenas ajudar diretamente a esclarecer os problemas que a pastoral do Batismo enfrenta nas paróquias e comunidades. Pode, também e sobretudo, contribuir para que a teologia do laicato, dos ministérios, dos estados de vida, etc. se torne cada vez mais uma teologia do existir cristão que integre, sem suprimi-las, mas também sem hierarquizá-las, as enriquecedoras diferenças dos carismas e ministérios com que o Espírito Santo agracia sem cessar o Povo de Deus.

Maria Clara Lucchetti Bingemer tem mestrado em Teologia pela Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É professora de Teologia na mesma Faculdade, na Universidade Santa Úrsula e no Instituto Teológico dos Franciscanos (Petrópolis). É leiga, mãe de três filhos. Publicou juntamente com J.B. Libânio: *Escatologia cristã: o novo céu e a nova terra*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. Encontra-se no prelo outra obra, escrita em conjunto com Ivone Gebara, a ser publicada pela mesma editora: *Maria e a Teologia marial: um ensaio a partir da mulher e da América Latina*.

Endereço: Rua Almirante Salgado, 51 — Laranjeiras — 22240 Rio de Janeiro - RJ